



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

BRENDA RODRIGUES BARRETO SILVA

GÊNERO E PARTIDOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE COMISSÕES
EXECUTIVAS

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2018

BRENDA RODRIGUES BARRETO SILVA

GÊNERO E PARTIDOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE COMISSÕES
EXECUTIVAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharelado em Ciências Sociais.
Orientadora: Profa. D.S. Daniela Leandro Rezende.

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2018

BRENDA RODRIGUES BARRETO SILVA

GÊNERO E PARTIDOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE COMISSÕES
EXECUTIVAS

Banca Avaliadora:

Profa. D.S. Daniela Leandro Rezende – UFV (Orientadora)

Profa. D. S. Rayza Sarmiento de Souza – UFV (Avaliadora)

Prof. D. S. Jeferson Boechat Soares – UFV (Avaliador)

Aprovada em: ___ de _____ de 2018.

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2018

RESUMO

Partidos políticos são essenciais pra a inserção na arena política, atuam como ferramenta para o incremento e fomento da participação política. São escassas na Ciência Política brasileira as análises que enfatizam os efeitos da organização dos partidos políticos na eleição de mulheres. Este trabalho tem como objetivo avaliar se *há correlação entre o percentual de mulheres nas executivas e o número de mulheres eleitas pelos partidos a deputadas federais nos pleitos de 2010 e 2014*. Adotamos os sete maiores partidos políticos brasileiros, a saber, PFL/DEM, PDS/PPB/PP, PMDB, PSDB, PT, PSB e PDT e realizamos uma análise exploratória de suas Comissões Executivas Nacionais - CEN. A partir da análise de correlação, concluímos que há correlação positiva, ainda que baixa, entre a presença de mulheres nas CEN e o número de deputadas eleitas. Isso indica que partidos que possuem mais mulheres na CEN tendem a eleger mais mulheres ao cargo deputada federal.

Palavras-chave: representação política; gênero; partidos políticos

ABSTRACT

Political parties are essential for the insertion in the political scenario, they act as a tool to increase and to develop political participation. Analyzes that emphasize the effects of the organization of political parties on the election of women are scarce in Brazilian Political Science. This paper aims to evaluate whether there is a correlation between the percentage of women in executive positions and the number of women elected by the parties to federal deputies in the 2010 and 2014 elections. We have adopted the seven largest Brazilian political parties, namely PFL / DEM, PDS / PPB / PP, PMDB, PSDB, PT, PSB and PDT and we conducted an exploratory analysis of its National Executive Commissions (NEC). From the correlation analysis, we conclude that there is a positive, despite low, correlation between the presence of women in the NEC and the number of female deputies elected. This indicates that parties that have more women in the NEC tend to elect more women to the position of federal deputy.

Keywords: politica parties, gender, political representation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual médio de mulheres filiadas a partidos políticos e membros do comitê executivo nacional dos partidos na Argentina (2009), Brasil (2013), Uruguai (2009) e América Latina (2009).....	10
Gráfico 2 - Representação por sexo na comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014.....	19
Gráfico 3 - Percentual de membros na comissão executiva nacional por sexo dos sete maiores partidos brasileiros nos anos de 2010 e 2014.....	20
Gráfico 4 - Representação dos cargos por sexo na comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014.....	21
Gráfico 5 - Representação por sexo da experiência prévia eletiva de membros da comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014.....	22
Gráfico 6 - Representação por sexo da experiência prévia eletiva de membros da comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014 dos sete maiores partidos.....	22
Gráfico 7 - Representação por sexo do capital familiar de membros da comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014.....	23
Gráfico 8 - Representação por sexo do capital familiar de membros da comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014.....	24
Gráfico 9 - Representação por sexo da escolaridade de membros da comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014.....	24
Gráfico 10 - Representação por sexo das comissões executivas nacionais dos sete maiores partidos brasileiros no ano de 2010.....	27
Gráfico 11 - Representação por sexo das comissões executivas nacionais dos sete maiores partidos brasileiros no ano de 2014.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nome e ano de fundação dos partidos.....	17
Tabela 2 - Deputadas Federais eleitas pelos sete maiores partidos brasileiros nas eleições de 2010.....	25
Tabela 3 - Deputadas Federais eleitas pelos sete maiores partidos brasileiros na eleição de 2014.....	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 PARTIDOS POLÍTICOS E A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES.....	11
3 METODOLOGIA.....	16
4 PRESENÇA FEMININA NAS COMISSÕES EXECUTIVAS NACIONAIS.....	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

A literatura sobre representação política de mulheres considera os partidos políticos uma ferramenta importante para o incremento e fomento da participação destas na arena política institucional (ARAÚJO, 2005; ÁLVARES, 2008; SACCHET; SPECK, 2012a, 2012b; PINHO 2016). Os partidos políticos atuam como *gatekeepers* na arena eleitoral, em virtude da definição das listas de candidatas/os a cargos eletivos, à distribuição de recursos importantes, como fundo partidário e tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (SACCHET, 2005; 2011; SACCHET; SPECK, 2012a, 2012b).

No Brasil, a cartilha “Mais mulher na política: mulher, tome partido!” elaborada no ano de 2013 pela Procuradoria Especial da Mulher e pelo Senado Federal, toma a iniciativa para pensar a ausência de mulheres na arena política. Este documento salienta a necessidade de “Em busca de aumentar o ritmo de ocupação de cadeiras legislativas por mulheres, que, como se constata, está muito aquém das necessidades da representação feminina, é fundamental investigar a influência que as organizações político-partidárias têm na construção de um mundo político como o nosso, de face excessivamente masculinizada” (p. 23).

Entretanto, são escassas as análises que enfatizam os efeitos da organização dos partidos políticos brasileiros na elegibilidade de mulheres (BOLOGNESI; COSTA, 2015; BOLOGNESI, PERISSINOTTO; CODATO, 2016; REZENDE, ANDRADE, SILAME, 2016), e quase inexistentes as análises que se voltam especificamente aos comitês executivos (REZENDE; ANDRADE; SILAME, 2016; LEVEGUEN, CASTRO, RIBEIRO, 2017), órgãos decisórios que têm a prerrogativa de distribuir recursos e organizar o recrutamento de candidatos e candidatas, aspectos cruciais para o sucesso eleitoral.

Tendo em vista que as mulheres ainda são minoria na elite partidária brasileira (BID, 2009; BRASIL, 2013), como aponta o Gráfico 1, é necessário considerar que essa pode constituir uma barreira importante para a representação política feminina, na medida em que, como dito, o acesso a essas posições pode influenciar a distribuição de recursos partidários e eleitorais e outros meios para conquistar o sucesso eleitoral.

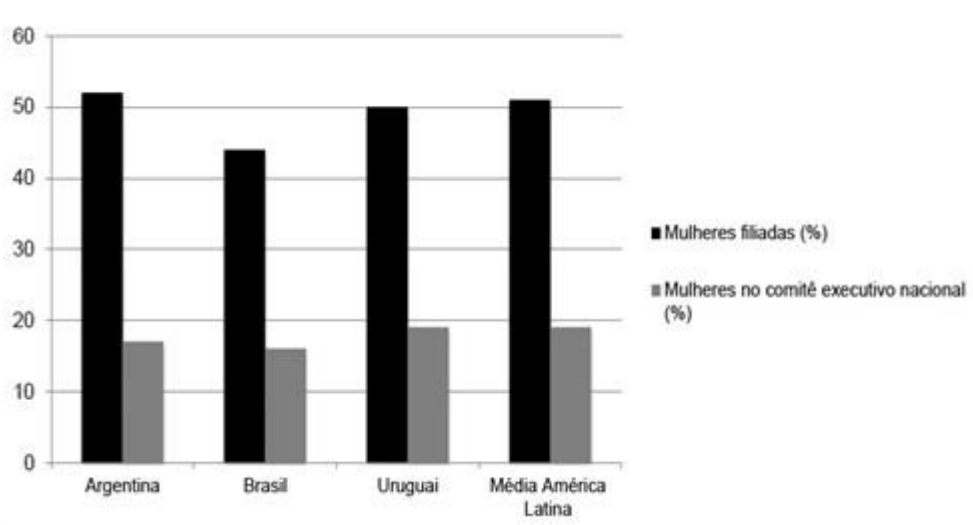


Gráfico 1- Percentual médio de mulheres filiadas a partidos políticos e membros do comitê executivo nacional dos partidos na Argentina (2009), Brasil (2013), Uruguai (2009) e América Latina (2009).
Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2009; Brasil, 2013.

Os dados apresentados indicam que no Brasil a presença de mulheres nos partidos ainda é escassa: dentre filiados e filiadas, as mulheres representam menos que 50% do total, enquanto nos comitês executivos nacionais sua presença não chega a 20%. Comparativamente, esse quadro indica que a desigualdade nos partidos no país é pior que na Argentina, no Uruguai e que a média para os países da América Latina.

Com o objetivo de avaliar a relação entre a presença de mulheres nas comissões executivas nacionais e o número de mulheres eleitas pelo partido, adotamos como hipótese que partidos que garantem maior representação de mulheres nas Executivas Nacionais elegem mais mulheres ao cargo de deputadas.

Nesse sentido, o trabalho¹ está organizado em cinco seções, sendo a primeira delas esta breve introdução. Na segunda seção discutimos da literatura sobre representação política de mulheres e como essa se relaciona com os partidos políticos. Já na terceira sessão apresentamos o desenho empírico, incluindo as variáveis, a coleta de dados e suas fontes além de apresentar a metodologia utilizada para analisar a associação entre a presença de mulheres nos órgãos decisórios dos partidos e a elegibilidade destas. A quarta seção apresenta os resultados, que apontam haver correlação positiva, ainda que baixa, entre a presença de mulheres nas comissões executivas nacionais e o número de deputadas eleitas pelos sete maiores partidos brasileiros, ou seja, quando o número de mulheres nas executivas nacionais cresce, o número de mulheres eleitas tende a crescer também.

¹ O presente trabalho de conclusão de curso é uma adaptação de um *paper* apresentado, como coautora, no XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política realizado em julho em Curitiba-PR.

2. PARTIDOS POLÍTICOS E A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES

A estabilidade da baixa presença de mulheres na Câmara dos Deputados brasileira aponta para a existência de um déficit democrático (PHILLIPS, 2011; MANSBRIDGE, 1998; MATOS, 2012; SACCHET, 2012). Autoras como Iris Young e Anne Phillips argumentam que a presença de mulheres em espaços de poder garantiria, ainda que potencialmente, a representação de perspectivas que são marginalizadas ou mesmo excluídas dos processos de tomada de decisão (YOUNG 2002; PHILLIPS 1995).

Teresa Sacchet (2009) destaca que é “crescente a demanda pela democratização dos espaços políticos formais através da inclusão de diferentes setores da população nos seus processos políticos decisórios”, aponta limites ao sistema democrático que se mantém com uma elite política excludente:

A igualdade social e política pressupõe mudanças no caráter e na composição dos espaços participativos e representativos. Pressupõe também o aprofundamento da democracia através da inclusão de diferentes atores no processo de tomada de decisão política. Por um lado, isso depende de transformações no âmbito da cultura em geral e da cultura política mais especificamente, com a desnaturalização dos papéis sociais e das funções e tarefas tradicionalmente exercidas por um e por outro sexo (para que sejam desempenhadas por ambos), mas, por outro lado, essas mudanças podem ser incentivadas e aceleradas por mecanismos institucionais e iniciativas políticas. (p 328)

Assim, a exclusão das mulheres da arena política afeta a qualidade da democracia pois, prejudica diretamente seus direitos sociais das mulheres. Existem impedimentos de ordem cultural, socioeconômica e institucional, segundo Teresa Sacchet (2011), para explicar o baixo número de mulheres que participam em cargos executivos e legislativos, eleitos ou indicados.

A ideia que predomina é que, deixada à sua própria sorte, a condição de desequilíbrio entre a representação política de homens e mulheres dificilmente será alterada, dado que as estruturas sociais e políticas favorecem os primeiros. Há um entendimento crescente de que instituições numericamente dominadas por homens e membros de grupos hegemônicos não promoverão mudanças que favoreçam as mulheres e as minorias, com a mesma intensidade e presteza que estruturas mais pluralmente constituídas. (p. 160)

Este quadro fica ainda mais obscuro quando analisamos a opinião de candidatas e membros de grupos organizados de mulheres nos partidos entrevistados pela autora, em que a estrutura partidária é apontada como um dos principais empecilhos para a entrada das mulheres na vida pública. “A ideia aqui é que os partidos não apenas têm preferência por candidatos homens, mas que eles funcionam por uma lógica de comportamento masculino que isola e desestimula a participação feminina.” (Sacchet, 2011 p. 164). Dessa forma, além de variáveis de natureza cultural, também questões de ordem institucional afetam a decisão das mulheres em abraçar a vida pública. “As normas de funcionamento e as normas internas dos partidos, assim como a escassez de recursos de campanhas, estão entre os principais motivos apresentados por essas mulheres para o seu desinteresse em se engajar na dinâmica partidária para disputar cargos eletivos”. (SACCHET 2011 p. 165)

Isso posto, é preciso considerar que a configuração da hierarquia e da desigualdade de gênero nos partidos possui efeitos mais amplos, uma vez que essas organizações configuram e mediam os processos de distribuição de recursos políticos em outras esferas além da intrapartidária, afetando processos que se desenvolvem na arena eleitoral. Além disso, cabe retomar a contribuição de Frisch e Kelly (2003, 2006), que identificam que o viés de gênero na alocação das vagas destinadas ao partido Republicano na Câmara Baixa estadunidense poderia ser atribuído à ausência de mulheres no colegiado responsável por esse processo. Assim, é plausível supor que mais mulheres nas elites partidárias (ou *more women at the table*) podem garantir maiores oportunidades para as mulheres nos partidos e mesmo em outras arenas, como a eleitoral. Como afirmam Roza, Llanos e Garzón de la Roza (ROZA, LLANOS E GARZÓN DE LA ROZA, 2010, p. 28):

Los dirigentes y los miembros de los máximos órganos decisorios de los partidos no solo vigilan la selección de candidatos y los planes y políticas públicas una vez que sus ternas llegan al poder, sino que en muchos casos también eligen a los líderes del Poder Legislativo. Además, los miembros del comité ejecutivo nacional (CEN) son los responsables de implementar acuerdos y resoluciones adoptados por la asamblea nacional del partido, y de verificar que se cumplan sus estatutos y las leyes electorales nacionales. Por lo tanto, la presencia de las mujeres en los CEN es crítica para asegurar que se acaten las leyes de cuotas en la selección de candidatos al Poder Legislativo; influir en la composición de las listas; monitorear el presupuesto del partido asegurándose de que este cumpla con sus compromisos de género; representar los intereses de las mujeres en los espacios de decisión; y promover mecanismos y vigilar las políticas dirigidas a impulsar la igualdad de género. A su vez, una mayor presencia de las mujeres en los CEN es imprescindible para cambiar la cultura organizativa

dentro de los partidos, la que ha excluido históricamente a las mujeres y se ha regido por un modelo masculino de ejercicio de poder limitando así la capacidad de incidencia de las mujeres (ROZA, LLANOS E GARZÓN DE LA ROZA, 2010, p. 28).

Analisando o caso brasileiro, Carla Simara Ayres sugere que estudos sobre a sub-representação de mulheres devem levar em conta mais do que a compreensão restrita do momento do pleito, mostrando assim a necessidade de que mais atenção seja dirigida à participação destas em comissões executivas dos partidos (AYRES, 2016). Esse argumento se justifica pelo fato de a executiva do partido ser o setor mais decisivo no momento da composição da lista de candidaturas e assim, a sub-representação feminina nos partidos dificultaria a inclusão de mulheres nas principais decisões. Como afirmam Barreira e Gonçalves, o poder da executiva se relacionariam “à seleção de candidaturas, distribuição de recursos financeiros, tempo destinado no horário eleitoral e apoio logístico às campanhas” e a distribuição assimétrica desses recursos, acabaria por reproduzir a desigualdade na representação (BARREIRA E GONÇALVES 2012, p. 11 *apud* AYRES, 2016, p.8).

Vitor de Moraes Peixoto e Mauro Macedo Campos discutem a importância da alocação de recursos para a competição eleitoral, destacando o fato de a estrutura de repasses dos recursos públicos ser centrada nos órgãos de direção nacional “e as regras de distribuição interna destes recursos são autônomas e definidas pelo desenho estatutário que o partido apresenta.” (PEIXOTO E CAMPOS, 2014, p.5).

Além disso, verifica-se que a participação de mulheres nos diretórios nacionais dos partidos pode servir como capital político e suprir lacunas em sua trajetória política, como aponta Tassia Rabelo de Pinho (PINHO, 2016, p. 66):

Neste ponto, os partidos políticos que na maior parte do mundo são responsáveis pela definição das candidaturas, alocação de recursos valiosos, e pelo ordenamento das listas quando estas são fechadas ou flexíveis, podem cumprir um papel fundamental no incremento à participação política feminina. Para além de suas funções suficientemente relevantes para justificar um estudo sobre a participação feminina no interior dessas organizações, levantamos a hipótese de que a maior participação de mulheres em espaços de direção partidários pode servir como uma oportunidade de construção do capital político necessário para que esta venha a disputar e ganhar eleições. Outro ponto importante é que o aumento da presença de mulheres em espaços de direção pode lhes render maior capacidade de influência no processo de

tomada de decisões deste ator central para conformação da arena e das oportunidades eleitorais (PINHO, 2016, p. 66).

Tratando sobre o funcionamento da estrutura intrapartidária, Clara Araújo (2005), ao concluir que apesar das ações de inclusão nas instâncias decisórias serem um passo importante, disserta que “sem mecanismos institucionais que possibilitem às mulheres sair da condição de exterioridade à dinâmica partidária, a presença nos diretórios pode ser apenas formal.” Para autora, há um personalismo nos processos de decisão partidária, na medida que além das regras estatutárias dos partidos existem regras informais como via principal de deliberação. Clara Araújo afirma que a presença de mulheres nas instâncias decisórias dos partidos pode ser tomada como “indicador do estado geral” da participação feminina nesses órgãos. Entretanto, essa presença só seria efetiva se fossem garantidas às mulheres real poder de influenciar as decisões partidárias (ARAÚJO, 2004, p. 210).

Esse aspecto também é enfatizado por Tássia Rabelo Pinho, em pesquisa com dirigentes mulheres no Partido dos Trabalhadores, que aponta que não é suficiente adotar cotas ou paridade, se não forem destinados recursos às dirigentes ou se esses não tiverem interesse em atuar no sentido de fomentar a participação feminina nos partidos. Assim, a presença de mulheres nas bases dos partidos pode implicar em transformações em sua estrutura, enquanto sua presença em espaços decisórios intrapartidários pode afetar de forma substantiva a distribuição de recursos partidários (PINHO, 2016).

Pedro Floriano Ribeiro, aponta para a necessidade de “explorar mais a fundo as variações entre executiva e seu núcleo, que podem apontar para combinações diferentes entre estabilidade, mobilidade e aspirações dos dirigentes (algo que será feito em trabalhos futuros)”. Indica ainda a existência de relações informais que pautam decisões nos partidos, (RIBEIRO, 2014 p. 141):

o fechamento do foco nos núcleos decisórios das siglas aponta para a possibilidade de que essa instância informal, composta pelos cargos nevrálgicos da máquina, ostente uma fisionomia um pouco distinta em relação às executivas como um todo, no sentido de menor parlamentarização e uma grande estabilidade dos dirigentes em seus cargos (RIBEIRO, 2014, p.141).

Esse fato pode ser explicado pelas funções diferentes dos cargos que os estatutos dos partidos conferem (BARBOSA, 2015, p.6):

Os estatutos apresentam atribuições diferenciadas para os cargos. Por exemplo, os presidentes representam o partido formalmente, aprovam em conjunto com os tesoureiros despesas e podem contratar pessoal para o partido. Secretários gerais são responsáveis pela organização dos Congressos dos partidos enquanto tesoureiros aprovam as contas dos partidos (BARBOSA, 2015, p. 6).

Tratando especificamente do Partido dos Trabalhadores, a estrutura dos comitês executivos está dividida em três níveis: núcleo duro; núcleo expandido; cargos consultivos e representantes de setoriais e secretarias. Como núcleo duro entende-se a presidência, que responde pela representação pública do partido, e as secretarias de organização, geral e de finanças, os cargos que ocupam maior posição de destaque e responsabilidade na direção. Já o núcleo expandido é composto pelas secretarias de assuntos institucionais, mobilização, movimentos populares, formação política, relações internacionais e comunicação, que cumprem funções específicas na direção. Os cargos consultivos, são aqueles que tem direito a voto na executiva mas não exercem funções nos partidos, sendo eles: a vice presidência e vogal. Por fim a executiva conta com algumas secretarias e setoriais, que intervêm nas decisões de maneira indireta, pois não tem direito a voto, apenas a voz (PINHO, 2016).

Diante desse quadro, buscamos contribuir para a superação da lacuna evidenciada por pela autora ao relatar que a ocupação de cargos nas diretorias do PT não ultrapassa os 30% na maioria expressiva dos anos analisados pela autora, o que reforça o que algumas de suas entrevistadas destacaram: as cotas se tornaram um teto para a quantidade de mulheres na Direção Nacional (PINHO 2016), para isso, adotamos como hipótese que *partidos que garantem maior representação de mulheres nas Executivas Nacionais elegem mais mulheres ao cargo de deputadas*. Na próxima seção apresentamos o desenho da pesquisa realizada descrevendo as variáveis trabalhadas, a fonte de dados e a coleta destes.

3. METODOLOGIA

Tendo em vista a hipótese apresentada na seção anterior, passamos à coleta de dados sobre a composição das comissões executivas dos sete maiores partidos brasileiros, para os anos de 2010 e 2014. A coleta dos dados iniciou-se de um requerimento junto à Ouvidoria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entretanto, verificamos que o banco enviado pelo TSE apresentava algumas lacunas, como a ausência de alguns partidos e/ou anos. Dessa forma consultamos o próprio site do TSE para emissão de certidão de participação em órgão partidários², buscando sempre por comissões executivas nacionais. Assim, chegamos a um banco de dados com 676 casos, ou seja, 676 membros das comissões executivas nacionais dos sete maiores partidos brasileiros para os anos de 2010 a 2014. Nesse sentido, a unidade de análise adotada foi indivíduo-partido-comissão-cargo-ano.

O passo seguinte foi a coleta das informações de perfil, considerando as seguintes variáveis categóricas: sexo; experiência política prévia em cargos eletivos; experiência política prévia em cargos não-eletivos³; atuação em movimentos sociais e/ou organizações da sociedade civil; idade; estado civil; escolaridade; profissão; capital familiar (existência de parentes com trajetória na política⁴). As fontes de dados para essa etapa da pesquisa foram o já mencionado site do TSE; sítios eletrônicos pessoais de membros das comissões executivas; jornais nacionais e regionais disponíveis online. Na indisponibilidade de informações nessas fontes, consultamos a *Wikipedia*. Nos casos de informações inconsistentes de uma fonte para outra, utilizamos o caminho apontado por Leveguen, Castro, Ribeiro, (2017), ou seja, privilegiamos as referências de arquivos institucionalizados.

Para contribuir para sanar a lacuna dos estudos sobre gênero e política voltados à composição das comissões executivas, nos voltamos aos sete maiores partidos políticos brasileiros, a saber, PFL/DEM, PDS/PPB/PP, PMDB, PSDB, PT, PSB e PDT, e realizamos uma análise exploratória das comissões executivas nacionais (CENs) para os anos de 2010 a 2014 para descrevermos o perfil de seus membros e, em especial, das mulheres presentes nessas instâncias decisórias.

²O site utilizado para consulta <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-composicao-partidaria> no período de novembro de 2017 a fevereiro de 2018.

³Presença em cargos políticos que não precisam de eleição, apenas indicação como: secretarias e mistérios.

⁴Aqueles que já ocuparam cargo eletivos como: vereadores, prefeitos e deputados.

PARTIDO	NOME	ANO FUNDAÇÃO
PFL	Partido da Frente Liberal	1985
DEM	Democratas	2007
PDS	Partido Democrático Social	1980
PPB	Partido Progressista Brasileiro	1995
PP	Partido Progressista	2003
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	1980
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	1988
PT	Partido dos Trabalhadores	1980
PSB	Partido Socialista Brasileiro	1947
PDT	Partido Democrático Trabalhista	1979

Tabela 1 – Nome e ano de fundação dos partidos.

Fonte: Elaborada pelo autor

A escolha dos partidos se justifica por sua força eleitoral, pois, como aponta Pedro Floriano Ribeiro, “[j]untos, os sete partidos conquistaram quase 80% das cadeiras em disputa no Senado e 71% das cadeiras da Câmara em 2010, e cerca de 70% das prefeituras nas eleições de 2012” (RIBEIRO 2014, p.126). Já para escolha dos pleitos eleitorais, utilizamos o mesmo caminho seguido por Rezende, Andrade e Silame, que argumentam que a análise dos anos de 2010 e 2014 (REZENDE, ANDRADE, SILAME, 2016, p. 13):

visa ampliar a possibilidade de generalização dos resultados, a partir da adoção de um recorte temporal que inclui mais de uma eleição. Além disso, há um marco histórico importante que orienta a escolha, a saber, a Lei no 12.034/2009, que institui em seu artigo 10, parágrafo terceiro, a obrigatoriedade das cotas, estabelecendo o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Diante desse fato, consideramos que o cumprimento da cota eleitoral é uma premissa derivada da mudança da legislação. (REZENDE, ANDRADE, SILAME, 2016, p. 13)

Utilizamos o teste qui-quadrado para independência com nível de significância de 5%, para verificar se há uma relação entre a presença de mulheres nas comissões executivas nacionais e a ideologia partidária, pois nossos dados se adequam às condições do teste, segundo Sharpe, De Veaux e Valleman (2011) são: condição de contagem, condição de aleatoriedade e condição de frequência esperada em cada célula (valores maiores que 5).

Em seguida, analisamos se a presença de mulheres nos órgãos decisórios dos partidos possui associação com a eleição de mulheres. Para isso, realizamos estatísticas descritivas das variáveis coletadas e um teste de correlação para verificar nossa hipótese. O teste de correlação

é utilizado como medida de associação entre duas variáveis, sendo assim com o objetivo de verificar a existência de associação entre a presença de mulheres nas comissões executivas nacionais e o sucesso eleitoral destas nas eleições para o cargo de deputado federal a correlação apresentou-se como ideal, diante dos nossos dados assimétricos e com a presença de outliers, optamos ainda por usar o coeficiente de correlação de postos de Spearman não sensível a essas características.

4. PRESENÇA FEMININA NAS COMISSÕES EXECUTIVAS NACIONAIS

A presença de mulheres nos órgãos de decisão dos sete maiores partidos brasileiros se deu de maneira pouco expressiva nos anos de 2010 e 2014, como podemos ver no Gráfico 2. As comissões executivas nacionais do PFL/DEM, PDS/PPB/PP, PMDB, PSDB, PT, PSB e PDT, contaram 93 vezes com a presença de mulheres, correspondendo a 13,76% do total de 676 membros.



Gráfico 2 - Representação por sexo na comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014

Fonte: Elaboração das autoras

Ao compilarmos todos os membros que atuaram em Comissões Executivas Nacionais nos anos de 2010 e 2014 (Gráfico 3) constatamos que o DEM é o partido com menor representação de mulheres dos sete partidos analisados: apenas em 5 vezes contou com mulheres na direção nacional, o que representa 6,25% do total de 81 membros, considerando todo o período de análise. Já no PMDB e PP a presença feminina foi de 8% e 9%, respectivamente, correspondendo no primeiro a 4 mulheres e 46 homens e no segundo 15 mulheres e 153 homens. Verificamos ainda no PSBD a composição da instância de poder ao longo dos cinco anos analisados: 13 (10%) mulheres e 116 (89,92%) homens. No PDT a representação feminina em sua comissão, foi de 15 mulheres e 75 homens sendo 16,67% e 83,33% do total de membros. Enquanto no PSB houve 16 membros do sexo feminino (18,18%) e 72 do sexo masculino (81,81%). A maior representação feminina no período analisado, encontra-se no PT com 35,71% de mulheres de um total de 70 membros, percentual superior

aos 30% garantido pelas cotas adotadas pelo partido em 1991. Os dados indicam que mecanismos de ação afirmativa são importantes, uma vez que os partidos que garantem em seus estatutos reserva de vagas para mulheres em órgãos decisórios, PSB⁵ e PT⁶, são aqueles que apresentam o maior percentual de mulheres. Entretanto, tais medidas não são suficientes para garantir a presença de mulheres, como mostram os dados apontados no gráfico 3, para o caso do PSB.



Gráfico 3 - Percentual de membros na comissão executiva nacional por sexo dos sete maiores partidos brasileiros nos anos de 2010 e 2014.

Fonte: Elaboração das autoras.

Além disso, como aponta o gráfico 4 abaixo, poucas mulheres ocuparam os cargos mais relevantes nas comissões executivas dos partidos no período analisado, estando ausentes do núcleo duro dos partidos. Consideramos que esse dado deve ser levado em consideração pois, pode ser um fator explicativo para que mesmo que haja mulheres fazendo parte das comissões executivas, isso não se reverte em sucesso eleitoral expressivo de candidatas.

⁵Art 22 1 §º Os diretórios distritais, zonais, municipais, estaduais e nacional, deverão reservar o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) de sua composição para ser preenchida por membros filiados de cada sexo.

⁶Art. 22. IV – as direções partidárias, delegações e cargos com função específica de secretarias deverão ter paridade de gênero (50% de mulheres e 50% de homens).

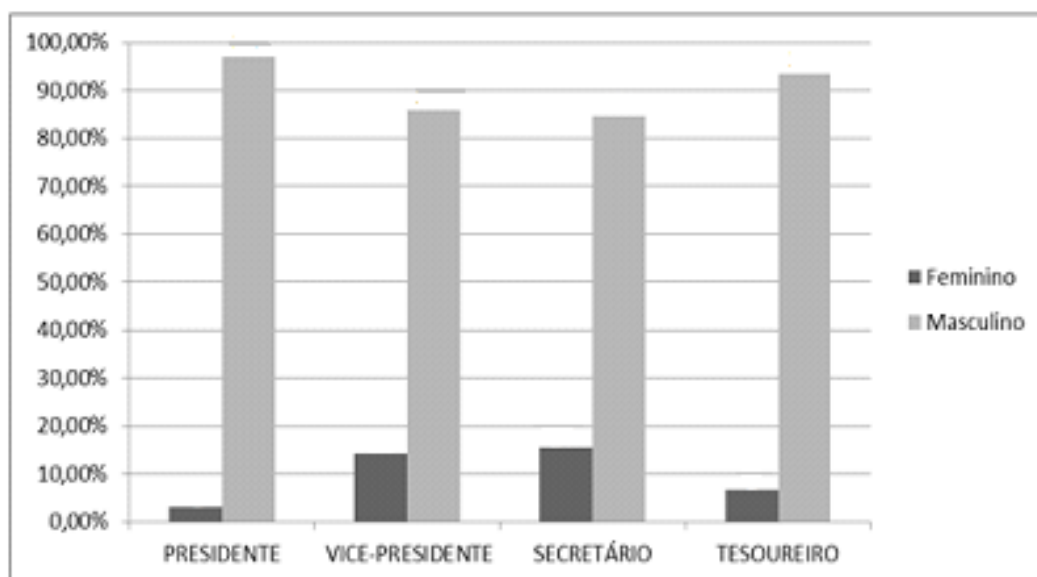


Gráfico 4 – Representação dos cargos por sexo na comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014.

Fonte: Elaboração das autoras

Esses achados reforçam o que Roza, Llanos e de Gárzon La Roza (2010) apontam: a ocupação de cargos mais altos de poder nas estruturas organizacionais dos partidos políticos por mulheres segue um padrão piramidal, em que o número é significativo na base, mas pouco expressivo no topo, revelando que a medida que o poder aumenta, a presença das mulheres diminui.

A seguir, destacaremos informações básicas sobre o perfil desses membros, a começar pela idade. Nas comissões executivas, no período de 2010 a 2015, a média de idade dos membros é de 56,10 anos com desvio padrão de 11,76 anos. Ao desagregar por sexo, percebemos que a média de idade entre homens e mulheres é bem próxima, sendo que homens membros de executivas possuem em média 56,46 anos e mulheres 55 anos. Esse resultado indica um padrão na ocupação de posições de poder nos partidos e um viés etário, a ser explorado em investigações futuras.

No que diz respeito à experiência prévia de tais membros em cargos eletivos, apuramos que, em média, 73,75% das mulheres e 93,08% dos homens já ocuparam algum cargo como vereador/a, prefeito/a, deputado/a e senador/a, que indica um padrão distinto no perfil de homens e mulheres, como mostra o gráfico 5.

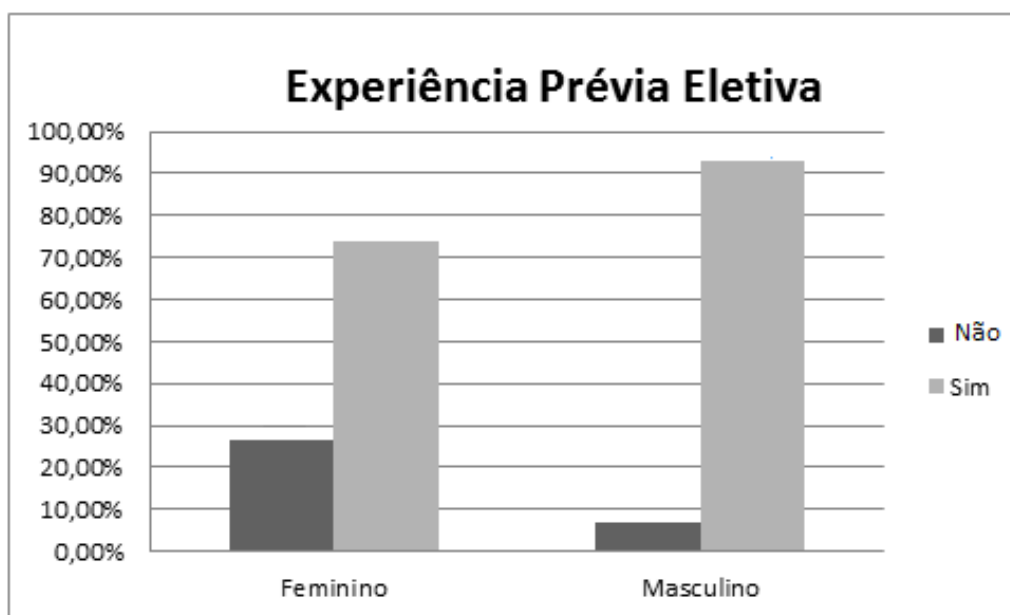


Gráfico 5 – Representação por sexo da experiência prévia eletiva de membros da comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014.
Fonte: Elaboração das autoras.

Ao desagregar os dados por partido, verificamos que essa diferença é maior no DEM em que apenas 5,33% das mulheres possuem experiência prévia e menos no PT onde 34,15% das mulheres que compuseram a comissão executiva nacional possuíam experiência prévia eletiva, como indica o gráfico 6. Esse resultado pode indicar padrões distintos de carreira política e, mais especificamente, de carreira partidária, aspecto que foge ao escopo desse trabalho, mas que indica uma possibilidade de investigação para pesquisas futuras.



Gráfico 6 – Representação por sexo da experiência prévia eletiva de membros da comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014 dos sete maiores partidos.
Fonte: Elaboração das autoras

Considerando o capital familiar, aqui compreendido como a existência de parentes com trajetória na política institucional, verificamos que, em âmbito nacional, mulheres e homens membros das comissões executivas analisadas possuem capital familiar em grande expressão, sendo as mulheres, em média, maioria em relação aos homens, 62,03% e 51,26% respectivamente, como podemos verificar no gráfico abaixo.

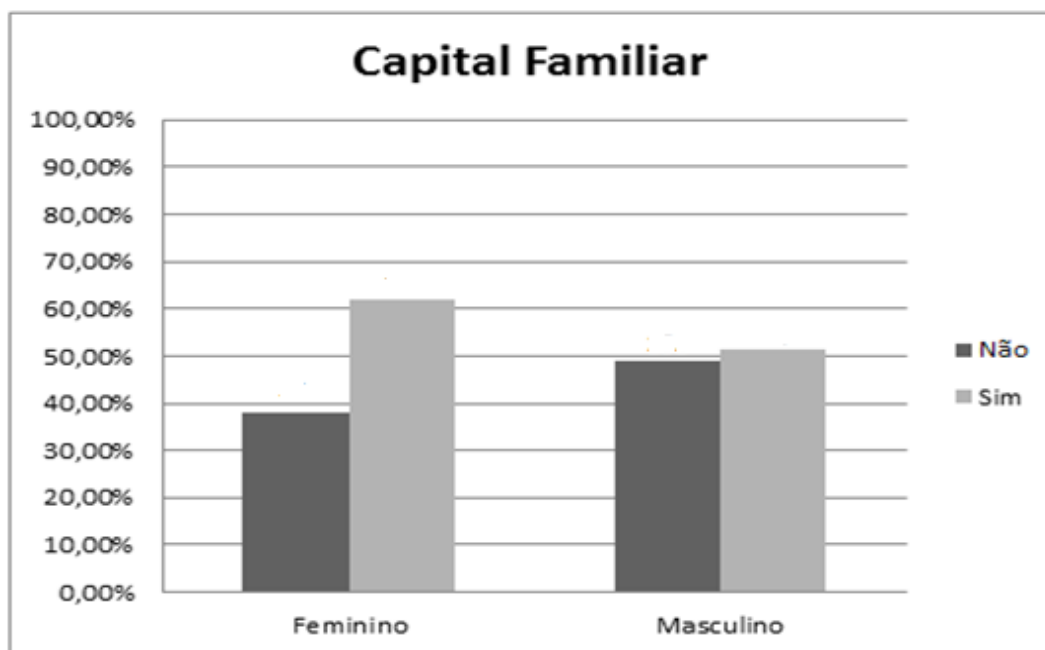


Gráfico 7 – Representação por sexo do capital familiar de membros da comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014
Fonte: Elaboração das autoras

Ao desagregar os dados por partido, verificamos no gráfico 8 que, os homens são maioria entre os membros que possuem capital familiar. O PDT é partido com maior percentual de mulheres que possuem capital familiar com (27,78%), enquanto o DEM é o partido com menos mulheres com capital familiar (7,84%).

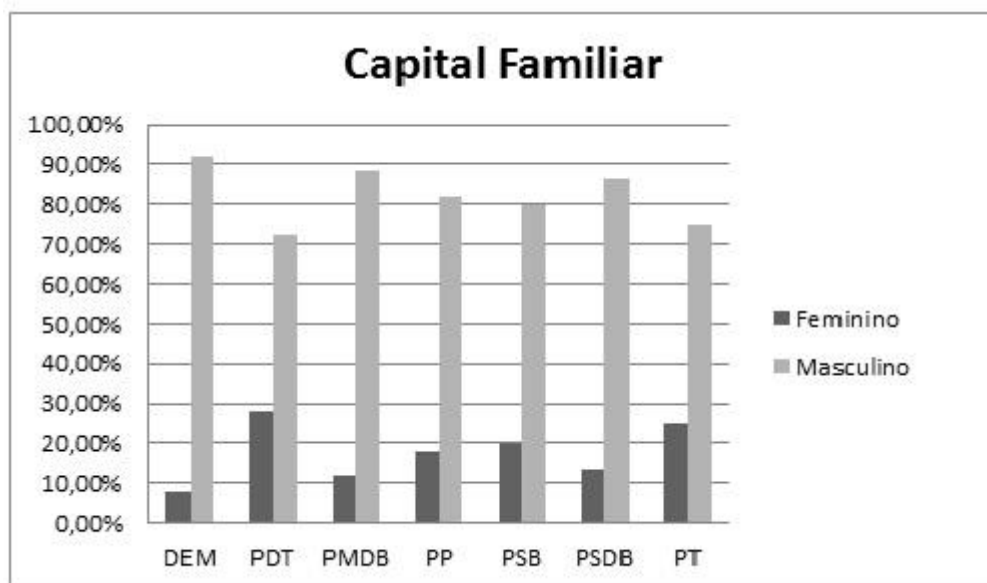


Gráfico 8 – Representação por sexo do capital familiar de membros da comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014

Fonte: Elaboração das autoras

No tocante à escolaridade, observamos que não houve mulheres com grau de escolaridade de nível fundamental. Para homens e mulheres, a moda se encontra no nível superior. Entretanto, o percentual de homens com pós-graduação é superior ao de mulheres.

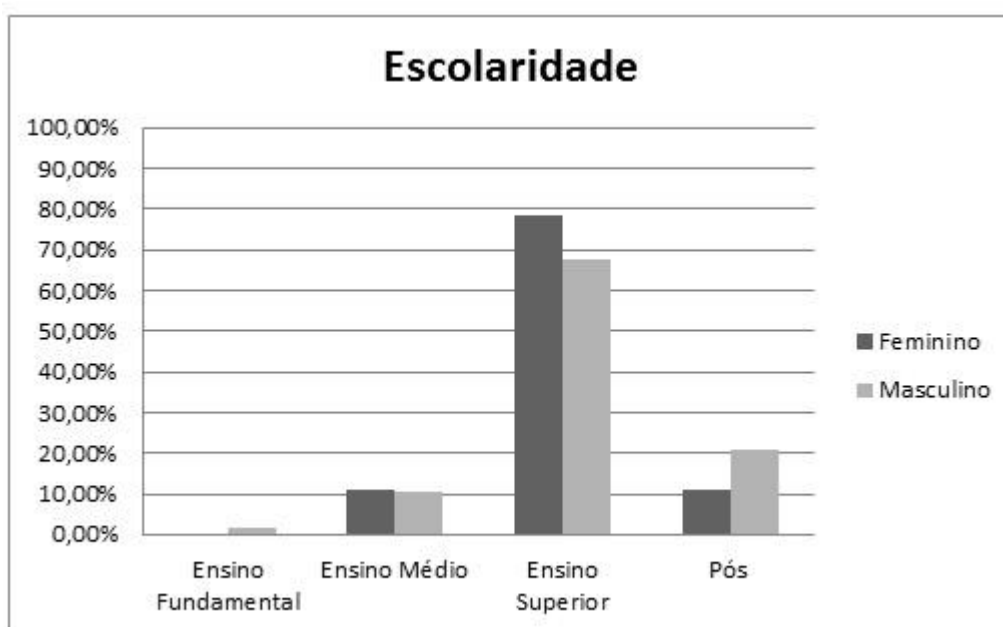


Gráfico 9 – Representação por sexo da escolaridade de membros da comissão executiva nacional dos sete maiores partidos brasileiros no período de 2010 a 2014.

Fonte: Elaboração das autoras.

Além de verificar que os valores absolutos relativos à presença de mulheres durante os anos de 2010 e 2014 são pouco expressivos comparados ao total de membros do sexo

masculino, analisamos se há relação entre ideologia partidária⁷ e presença de mulheres nas comissões executivas nacionais. A partir do teste qui-quadrado, constatamos que ideologia partidária e presença de mulheres nas comissões executivas nacionais, não são independentes, ao nível de significância de 5%⁸. Esse resultado corrobora o que foi apontado por Araújo (2004), que afirma que "há uma variação na forma como os partidos respondem internamente às demandas das mulheres, sendo tal resposta mais efetiva à medida que os partidos encontram-se mais à esquerda e são mais estruturados organicamente" (p. 211).

Após a análise das informações sobre perfil, passamos ao teste da hipótese de trabalho, qual seja, partidos que garantem maior representação de mulheres nas Executivas Nacionais elegem mais mulheres ao cargo de deputadas. Na tabela 2 e na tabela 3 podemos observar o número de mulheres eleitas pelos partidos analisados, nos pleitos de 2010 e 2014 respectivamente.

Partido	Sexo				Total Geral	%
	Feminino	%	Masculino	%		
DEM	2	4,65%	41	95,35%	43	100,00%
PDT	2	7,41%	25	92,59%	27	100,00%
PMDB	7	8,97%	71	91,03%	78	100,00%
PP	4	9,09%	40	90,91%	44	100,00%
PSB	5	14,29%	30	85,71%	35	100,00%
PSDB	3	5,56%	51	94,44%	54	100,00%
PT	8	9,30%	78	90,70%	86	100,00%
Total Geral	31	8,45%	336	91,55%	367	100,00%

Tabela 2 – Deputadas Federais eleitas pelos sete maiores partidos brasileiros nas eleições de 2010.
Fonte: Elaboração das autoras com os dados de Rezende, Andrade e Silame (2016).

⁷Para a classificação de ideologia partidário seguimos o caminho de Rezende, Andrade e Silame (2016) ao utilizar a classificação de Berlatto e Codato (2016). Assim temos, direita: DEM, PP; centro: PMDB e PSDB e esquerda: PDT, PSB e PT.

⁸Utilizamos o teste qui-quadrado para independência com nível de significância de 5%, pois nossos dados se adequam às condições do teste, segundo Sharpe, De Veaux e Valleman (2011): condição de contagem, condição de aleatoriedade e condição de frequência esperada em cada célula (valores maiores que 5).

Partidos	Sexo				Total Geral	%
	Feminino	%	Masculino	%		
DEM	1	4,55%	21	95,45%	22	100,00%
PDT	1	5,26%	18	94,74%	19	100,00%
PMDB	7	10,61%	59	89,39%	66	100,00%
PP	2	5,56%	34	94,44%	36	100,00%
PSB	5	14,71%	29	85,29%	34	100,00%
PSDB	5	9,26%	49	90,74%	54	100,00%
PT	9	12,86%	61	87,14%	70	100,00%
Total Geral	30	9,97%	271	90,03%	301	100,00%

Tabela 3 – Deputadas Federais eleitas pelos sete maiores partidos brasileiros na eleição de 2014.
Fonte: Elaboração das autoras com os dados de Rezende, Andrade e Silame (2016).

Na eleição de 2010 e na eleição de 2014, DEM e PDT foram os partidos com menor percentual de mulheres eleitas para o cargo de deputada federal, enquanto o partido que teve o maior percentual de mulheres eleitas nos dois pleitos foi o PSB, como 14,29% de mulheres eleitas em 2010 e 14,71% em 2014. Entretanto, chama atenção o pequeno percentual de mulheres eleitas nos dois pleitos e a concentração de eleitos e eleitas nos partidos analisados (31 de 45 mulheres em 2010 e 30 de 51 mulheres em 2014).

Finalmente, analisamos a seguir a relação entre presença de mulheres nas comissões executivas e o número de mulheres eleitas pelos partidos analisados, no período de referência. Para tanto, realizamos uma correlação entre o número de mulheres presentes em comissões executivas nacionais vigentes no ano de 2010 (Gráfico 10) e o número de mulheres eleitas para o cargo de deputado federal.



Gráfico 10 – Representação por sexo das comissões executivas nacionais dos sete maiores partidos brasileiros no ano de 2010.

Fonte: Elaboração das autoras.

Há uma correlação⁹ positiva de 0,18, entre a presença de mulheres nas comissões executivas nacionais e o número de deputadas eleitas pelos sete maiores partidos brasileiros na eleição de 2010, ou seja, quando o número de mulheres nas executivas nacionais cresce o número de mulheres eleitas tende a crescer também. Realizamos uma também correlação entre o número de mulheres presentes em comissões executivas nacionais vigentes no ano de 2014 (Gráfico 11) e o número de mulheres eleitas para o cargo de deputado federal neste mesmo ano.

Destacamos que o nosso objetivo não é afirmar causalidade, mas sim verificar a existência de possível associação entre as variáveis. Por isso, diante dos nossos dados assimétricos e com a presença de *outliers*, optamos por usar o coeficiente de correlação de postos de Spearman não sensível a essas características.

⁹ Entendemos como correlação relações estatísticas que envolva algum tipo de dependência entre duas variáveis.



Gráfico 11 – Representação por sexo das comissões executivas nacionais dos sete maiores partidos brasileiros no ano de 2014

Fonte: Elaboração das autoras.

Nas eleições de 2014 também verificamos uma correlação positiva de 0,25, entre a presença de mulheres nas comissões executivas nacionais e o número de deputadas eleitas pelos sete maiores partidos brasileiros, ou seja, quando o número de mulheres nas executivas nacionais cresce o número de mulheres eleitas tende a crescer também nas executivas nacionais e o número de deputadas eleitas pelos sete maiores partidos brasileiros, ou seja, quando o número de mulheres nas executivas nacionais cresce o número de mulheres eleitas tende a crescer também.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a centralidade dos partidos no que se refere à distribuição de recursos eleitorais, o trabalho analisou se a presença de mulheres em instâncias decisórias partidárias possui relação com o número de mulheres eleitas pelos sete maiores partidos políticos brasileiros, nas eleições de 2010 e 2014. Para tanto, analisamos o perfil dos membros das comissões executivas nacionais, órgãos responsáveis por tomadas de decisão importantes no partido, levando em consideração características como: sexo; escolaridade; experiência eletiva e não-eletiva prévia; capital familiar; idade e cargos ocupados na executiva.

Constatamos que nas comissões executivas nacionais dos sete maiores partidos brasileiros as mulheres possuem presença pouco expressiva nos cargos mais altos e consequentemente de mais poder. A média de idade das mulheres membros das executivas de é 55 anos, em sua maioria possuem experiência prévia eletiva, algum familiar com carreira política e apresentam um nível de escolaridade maior que os homens membros das mesmas comissões.

A partir da hipótese de que *partidos que garantem maior representação de mulheres nas Executivas Nacionais elegem mais mulheres ao cargo de deputadas*, os resultados apontaram que nos partidos PFL/DEM, PDS/PPB/PP, PMDB, PSDB, PT, PSB e PDT, nos anos de 2010 a 2014, o número de deputadas federais eleitas esteve positivamente correlacionada com a presença de mulheres nas comissões executivas nacionais, confirmando nossa hipótese que a há uma associação entre a quantidade de mulheres nas instâncias de decisão partidária e o sucesso eleitoral destas. Entretanto, dada a magnitude do coeficiente de correlação 0,18 para o ano de 2010 e 0,25 para o ano de 2014, esse resultado deve ser avaliado com cautela, havendo ainda a necessidade de refinar a análise realizada.

Nesse sentido, é preciso avançar, considerando, como argumenta Pinho (2016), a necessidade de incorporar, na análise da presença de mulheres nos órgãos de decisão dos partidos, outros elementos além do quantitativo, pois apenas os números não expressam se há verdadeira participação feminina, uma vez que as mulheres podem ocupar os cargos, mas não terem recursos para influenciar as decisões. Assim, apesar dos resultados apresentados apontarem para a relevância da presença de mulheres nas comissões executivas para a representação política de mulheres, é preciso "ir além dos números", em uma tentativa de identificar quando esses números passam importar e através de quais mecanismos a presença de mulheres se traduz em mais chances de eleição para as candidatas.

Pudemos observar uma presença feminina pouco expressiva nos cargos mais altos, ou seja, mesmo que estivessem no órgão dirigente estas estavam isoladas do “núcleo duro”(PINHO 2016) do partido e ocupando cargos que não possuem poder de voto e tampouco de interlocução nas decisões intrapartidárias. Percebemos então, que há alguns espaços e cargos políticos que as mulheres conseguem acessar, no entanto esses se encontram limitados. Diante deste contexto, nos questionamos: quais são as barreiras que impedem as mulheres de acessar esses espaços? Quais são e como são elaboradas as estratégias de enfrentamento desses obstáculos?

Há um movimento para compreender na América Latina e no Brasil, o que é e como se manifesta, a violência contra as mulheres na arena política, em que já candidatas e/ou eleitas mulheres enfrentam desafios diários que colocam em cheque sua permanência na vida pública (Biroli 2016; Krook e Sanin 2016). Queremos entender, em trabalhos futuros, como este fenômeno se manifesta na estrutura intrapartidária, pois acreditamos que o partido político é um importante meio de acesso a vida pública, que antecede o processo eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, M. L. M. **Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares.** Dados, v. 51, n. 4, p. 895-940, 2008.

ARAÚJO, C. **Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política.** Revista de Sociologia e Política, n. 24, p. 193-215. 2005.

_____. **A Intercessão Entre Gênero E Partidos Políticos No Acesso Das Mulheres Às Instâncias De Representação.** Secretaria de Política para as Mulheres, 2004.

AYRES, C. S. **Desafios organizacionais das mulheres petistas: temas, embates, debates e disputas.** In: 10o ENCONTRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIENCIA POLÍTICA, Belo Horizonte. 2016.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **GEPPAL: Base de datos de Género y Partidos Políticos en América Latina.** 2009. Disponível em: <<http://www.iadb.org/research/geppal>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BARBOSA, T. A. L. **Mulheres na elite partidária brasileira: uma análise exploratória das comissões executivas estaduais.** Newsletter. Observatório das elites políticas e sociais do Brasil. 2015. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio>>. Acesso em: 14 jun. 2017

BOLOGNESI, B.; COSTA, L. D. **Fronteiras sociais fortes e padrões organizacionais fracos? Seleção de candidatos e composição social nos principais partidos políticos brasileiros em 2010.** Conexão Política, v. 4, n. 1, 2015.

BOLOGNESI, B.; PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. **Reclutamiento político en Brasil Mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014.** Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, v. 61, n. 226, p. 247-278, 2016.

KROOK, M. L.; SANÍN, J. R.. Gender and political violence in Latin America. Concepts, debates and solutions. Política y gobierno, v. 23, n. 1, p. 125-157, 2016.

LEVENGUEN, B. D.; CASTRO, L. A; RIBEIRO, P. F. **Rompendo o teto de vidro: mulheres no comando dos partidos brasileiros.** In 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017.

MULHER, TOME PARTIDO! Livreto Mais Mulheres na Política. Brasília, Procuradoria Especial da Mulher, 2013.

PHILLIPS, A. **The politics of presence.** Londres: Oxford University Press, 1995.

_____. **O que há de errado com a democracia liberal.** Revista Brasileira de Ciência Política, 2011, n. 6.

PANEBIANCO, A. **Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo. Martins Fontes, 2005.

PINHO, T. R. de. **As mulheres dirigentes do partido dos trabalhadores: perfil e desafios à representação substantiva**. Em tese, v.13, n1, 2016.

PEIXOTO, V. M.; CAMPOS, M. M. **Por onde se Ramificam os Partidos Políticos no Brasil? uma análise da taxa de natalidade e mortalidade dos diretórios partidários**. In 48º Encontro Anual da ANPOCS, 2014.

REZENDE, D. L.; ANDRADE, L. V. R.; SILAME, T. R. **Representação política de mulheres e partidos políticos: determinantes da elegibilidade de deputadas federais no Brasil, 2010, 2014**. In 40º Encontro Anual da ANPOCS, 2016.

RIBEIRO, P. F. **Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros**. Revista de Sociologia e Política, v. 22, n. 52, p. 121-158, 2014.

ROZA, V.; LLANOS, B.; GARZÓN DE LA ROZA, G. **Partidos políticos y paridad: La ecuación pendiente**. Inter-American Development Bank, 2010.

SACCHET, T. **Political Parties: When do they work for Women?** UN. Department of Economic and Social Affairs (DESA), 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Teresa_Sacchet/publication/238524017_Political_Parties_When_do_they_work_for_Women/links/54d931910cf24647581d95e3.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017

SACCHET, T. **Capital social, gênero e representação política no Brasil**. Opin. Publica, Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332, Nov. 2009.

SACCHET, T. **Partidos políticos e (sub) representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas**. In: PAIVA, D. (org.): Mulheres, poder e política. Goiânia: Editora Cànone, 2011. pp.159-186

SACCHET, T.; SPECK, B. W. **Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006**. Opinião Pública, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012a.

_____. **Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos**. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.;

SHARPE, N. R.; DE VEAUX, R. D.; VELLEMAN, P. F. **Estatística Aplicada: Administração, economia e negócios**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

YOUNG, I. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press. 2